



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA
CURSO DE MESTRADO EM CIÊNCIA POLÍTICA

EDITAL Nº 02/2022

PROCESSO DE SELEÇÃO AO MESTRADO EM CIÊNCIA POLÍTICA, TURMA 2023

A Universidade Federal do Pará, por meio do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGCP), do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, torna público o Edital para a seleção de candidatos(as) às vagas disponíveis para composição da turma de 2023 do Curso de Mestrado em Ciência Política.

1. DAS VAGAS

1.1. As vagas para ingresso no PPGCP, turma 2023, serão preenchidas, nos termos do presente edital.

1.2. O processo seletivo disponibiliza 24 vagas, sendo:

- a) 02 (duas) cotas para candidatos(as) autodeclarados(as) pretos(as) e pardos(as);
- b) 01 (uma) cota para candidatos(as) estrangeiros oriundos de Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, os PALOP;
- c) 01 (uma) cota para candidatos(as) autodeclarados(as) indígenas;
- d) 01 (uma) cota para candidatos(as) autodeclarados(as) quilombolas;
- e) 01 (uma) cota para candidaturas de pessoas com deficiência.

1.2.1. No momento da inscrição, os(as) candidatos(as) às cotas deverão selecionar a opção correspondente no formulário. Caso contrário, serão considerados(as) candidatos(as) não optantes e não poderão, posteriormente, reivindicar uma dessas vagas/cotas.

1.2.2. Candidatos(as) selecionados nas vagas para pessoas negras, deverão ser aprovados por uma banca de heteroidentificação, com o apoio da Assessoria de Diversidade e Inclusão Social (ADIS), que avaliará o fenótipo social desses candidatos. Caso não sejam preenchidas as cotas para pessoas negras nos termos deste edital, as vagas poderão ser ocupadas pelos candidatos(as) aprovados(as) no processo seletivo, seguindo a classificação e o número de vagas oferecidas neste edital.

1.2.3. Será ofertada 01 (uma) cota para pessoa com deficiência neste edital. Caso não seja preenchida a cota para pessoa com deficiência, a vaga poderá ser ocupada por candidatos(as) aprovados(as) no processo seletivo, seguindo a classificação e o número de vagas ofertadas neste edital.

1.2.4. Serão oferecidas 01 (uma) cota reservada para pessoas indígenas e 01 cota reservada para pessoas quilombolas. Em ambos os casos, deverá ser comprovada a pertença, mediante declaração assinada pelas autoridades/lideranças tradicionais e/ou pela organização política correspondente ao coletivo de origem do(a) candidato(a). Caso não sejam preenchidas as cotas, a vaga poderá ser ocupada pelos candidatos(as) aprovados(as) no processo seletivo, seguindo a classificação e o número de vagas oferecidas neste edital.

1.2.5. Não havendo candidatos(as) optantes por cotas em número suficiente para o preenchimento das vagas reservadas, as vagas remanescentes serão revertidas para os(as) candidatos(as) não optantes, aprovados(as) no processo seletivo, sendo preenchidas em ordem decrescente de notas finais, seguindo a classificação.

1.3. Não haverá nenhum compromisso por parte do Programa com o preenchimento total das vagas, nem com a concessão de bolsas.

2. DA VERIFICAÇÃO DA AUTODECLARAÇÃO DE PESSOA NEGRA

2.1. O(a) candidato(a) inscrito com autodeclaração de que é pertencente à população negra (de cor preta ou parda), independentemente da cota em que for aprovado, deverá apresentar-se à Comissão de Heteroidentificação, em data, horário e local a serem informados, para participar do processo de validação da autodeclaração.

2.1.1. Na convocação dos(as) candidatos(as) para avaliação pela Comissão de Heteroidentificação, serão informados os procedimentos para eventuais recursos decorrentes de não validação da autodeclaração.

2.2. À Comissão de Heteroidentificação, o(a) candidato(a) entregará a autodeclaração racial, em modelo disponível no Anexo II deste edital, integralmente preenchida, e essa comissão fará análise do seu fenótipo social para validação da autodeclaração.

2.3. A Banca de Heteroidentificação será composta por cinco pessoas, a serem indicadas pela Assessoria da Diversidade e Inclusão Social (ADIS), e deverá atender ao critério da diversidade, garantindo que seus membros sejam distribuídos por sexo e cor.

2.4. A Banca de Heteroidentificação fará análise presencial do fenótipo social do candidato, para validação da autodeclaração.

2.4.1. Entende-se por fenótipo social o conjunto de características pelo qual as pessoas são vistas e consideradas negras (cor da pele e outras características físicas), e que lhes deixa vulneráveis às discriminações e ao racismo.

2.4.2. O fenótipo de pessoa negra será a base exclusiva para análise e validação da autodeclaração, excluindo-se as considerações sobre a ascendência, bem como as informações contidas em quaisquer documentos.

2.5. O(a) candidato (a) cuja autodeclaração não for validada pela Banca de Heteroidentificação poderá solicitar nova análise de seu fenótipo social por outra Banca, aqui denominada Banca Recursal, mediante requerimento. A Banca Recursal será composta por três pessoas, a serem indicadas pela ADIS, seu parecer será definitivo no presente processo seletivo, não cabendo recurso administrativo.

2.6. O(a) candidato(a) que não se apresentar à Comissão de Heteroidentificação em data, horário e local determinados terá o seu direito à vaga cancelado, não havendo reagendamento do

procedimento, salvo casos em que comprove impedimento por motivo de saúde, com comprovação por atestado médico.

2.7. A matrícula do(a) candidato(a) estará condicionada à validação da autodeclaração pela Comissão designada para esse fim.

2.8. É de responsabilidade exclusiva do(a) candidato(a) acompanhar a publicação das listagens de convocação no site da Universidade (ciac.ufpa.br) para verificação presencial da autodeclaração.

3. DOS REQUISITOS PARA A INSCRIÇÃO

3.1. Serão admitidos como candidatos(as) à seleção do Mestrado em Ciência Política os/as portadores de diploma ou certificado de curso de nível superior, reconhecido pelo MEC; portadores de diploma de Curso de Graduação obtido no exterior e certificado ou declaração de concluinte de curso de graduação.

3.1.1. Os diplomas expedidos no exterior deverão ser apresentados com autenticação consular brasileira. No ato da matrícula, os(as) candidatos(as) aprovados deverão assinar um termo dando ciência de que só receberão o diploma de pós-graduação após o seu diploma de graduação ser reconhecido nos termos da legislação brasileira.

3.1.2. Os(as) candidatos(as) concluintes de Curso de Graduação deverão manifestar concordância, no momento da inscrição, com declaração informando a data prevista para a conclusão do curso de graduação, ficando sua admissão condicionada à conclusão do curso de Graduação até a data limite para a realização da matrícula dos(as) candidatos(as) aprovados.

3.2. As inscrições para este processo seletivo deverão ser efetuadas exclusivamente via internet, entre 00h01min do dia 03 de novembro de 2022 e 23h59min do dia 24 de novembro de 2022 (horário oficial de Brasília/DF) no endereço eletrônico abaixo identificado.

3.2.1. Preencher FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO acessando “Mestrado em Ciência Política”, disponível no link abaixo:

https://sigaa.ufpa.br/sigaa/public/processo_seletivo/lista.jsf?aba=p-processo&nivel=S

3.2.2. Não será aceita, em hipótese alguma, a inscrição não realizada por meio do link acima disponibilizado.

3.3. Anexar ao formulário os DOCUMENTOS discriminados abaixo. Cada documento deverá ser inserido separadamente no local previsto para tal, no formulário:

3.3.1. Cópia digitalizada dos documentos de identificação:

a) Carteira de identidade (ou documento equivalente);

b) CPF;

c) Comprovantes de comparecimento à última eleição, incluindo segundo turno, se houve;

3.3.2. Cópia digitalizada do Diploma, certificado ou declaração de concluinte de curso de graduação;

3.3.3. Cópia digitalizada do Histórico escolar de graduação, conforme Resolução nº 3.210/CONSEPE, de 26/10/2004;

3.3.4. Curriculum Lattes certificado pela Plataforma Lattes, em formato PDF (**em único arquivo**), acompanhado de uma via com fotocópias digitalizadas dos documentos comprobatórios (ver modelo proposto na Plataforma LATTES/CNPq – www.cnpq.br).

3.3.4.1. Não serão considerados, para fins de avaliação, currículos que não estejam cadastrados na Plataforma Lattes do CNPq (<http://lattes.cnpq.br/>), exceto para candidatos(as) estrangeiros.

3.3.4.2. Candidato(a) estrangeiro(a) que não tenha registro de CV na Plataforma Lattes, por causa de ainda não possuir a documentação requerida para nela se cadastrar, apresentará CV correlato.

3.3.5. Pré-projeto de pesquisa conforme as recomendações abaixo.

3.3.5.1. Adequação aos aspectos formais da escrita científica.

3.3.5.2. O Pré-projeto de pesquisa deve conter, no máximo, dez (10) laudas, excluídos os elementos pré e pós textuais (capas, índices, folha de rosto e bibliografia), e ser produzido a partir da seguinte padronização: espaço 1,5; fonte Times New Roman (corpo 12); margens 3 cm (superior e esquerda) e 2 cm (inferior e direita); demais formatações devem seguir o padrão ABNT.

3.3.5.3. Os pré-projetos de pesquisa dos(as) candidatos(as) deverão obrigatoriamente estar vinculados à área de concentração (Ciência Política) e às linhas de pesquisa do PPGCP.

3.3.5.4. Não deve constar no pré-projeto qualquer identificação do(da) candidato(a).

3.3.5.5. Serão desclassificados(as) os(as) candidatos(as) cujos pré-projetos não correspondam às exigências formais aqui definidas.

3.3.5.6. Adequação aos aspectos substanciais de construção da pesquisa a ser realizada no âmbito do PPGCP, a partir dos seguintes aspectos:

a) Exequibilidade e justificativa da proposta;

b) Delimitação do problema e da hipótese de pesquisa;

c) Formulação e adequação da construção teórica ao problema de pesquisa; utilização de referências da área de ciência política;

d) Coerência das estratégias metodológicas propostas.

3.3.6. Carta do(a) candidato(a) ao Presidente da Comissão de Seleção expondo as intenções para cursar o Mestrado, bem como da escolha da linha de pesquisa (máximo de duas laudas).

3.3.7. São de inteira e exclusiva responsabilidade do(a) candidato(a) as informações e a documentação por ele(a) fornecidas para a inscrição, as quais não poderão ser alteradas ou complementadas, em nenhuma hipótese ou a qualquer título, após a realização da inscrição.

3.3.8. As pessoas indígenas e pessoas quilombolas deverão anexar os mesmos documentos. Além desses documentos, deverão fornecer uma cópia digitalizada da DECLARAÇÃO COMPROBATÓRIA DE PERTENCIMENTO, assinada por três pessoas entre autoridades/lideranças tradicionais comunitárias e/ou dirigentes de organização política correspondente ao coletivo de origem do(a) candidato(a).

3.3.9. Os documentos deverão ser preferencialmente enviados em formato PDF. Cada arquivo enviado deverá ser nomeado de forma clara, incluindo o nome do(a) candidato(a) e o tipo de documento (por exemplo: o PDF contendo o RG de um candidato deverá ser designado “RG_Nome.pdf”).

3.4. Caso exista mais de uma inscrição no formulário online para o(a) mesmo(a) candidato(a), será considerada apenas a última inscrição válida recebida.

3.5. O Programa de Pós-Graduação em Ciência Política - PPGCP não se responsabiliza por problemas técnicos ou de conexão, inclusive decorrentes dos provedores de acesso, que possam, eventualmente, inviabilizar a inscrição.

3.5.1. Recomenda-se que o(a) candidato(a) evite deixar a inscrição para os últimos dias, de modo a minimizar os riscos de problemas técnicos que possam inviabilizar a inscrição.

3.6. Informações sobre o mestrado podem ser obtidas no site <http://ppgcp.propesp.ufpa.br/>.

3.7. Dúvidas referentes ao processo seletivo deverão ser enviadas ao e-mail selecao.ppgcp.2022@gmail.com.

3.8. Haverá análise prévia dos pedidos de inscrição e somente serão deferidos:

- a) os que atenderem aos requisitos estabelecidos no item 3 deste Edital;
- b) os que apresentarem toda a documentação estabelecida no item 3 deste Edital.

4. DO PROCESSO DE SELEÇÃO

4.1. A seleção dos(as) candidatos(as) será feita pela Comissão de Seleção, formada por, no mínimo, três membros titulares e um suplente, aprovada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Ciência Política.

4.1.1. A composição da Comissão de Seleção, designada pelo Colegiado do PPGCP, para a turma de 2023 do Curso de Mestrado em Ciência Política é a seguinte:

Prof. Dr. RODRIGO DOLANDELI DOS SANTOS (Presidente);

Prof. Dr. LUCAS TOSHIKI ARCHANGELO OKADO;

Prof. Dr. LUÍS FERNANDO CARDOSO E CARDOSO;

Prof^a. Dr^a. MARIA DOLORES LIMA DA SILVA;

Prof^a. Dr^a. FERNANDA VALLI NUMMER (Suplente);

Prof. Dr. GUSTAVO CÉSAR DE MACÊDO RIBEIRO (Suplente).

4.2. Em caso de necessidade, os critérios de desempate serão adotados na seguinte ordem: 1º candidato(a) que obteve nota mais alta na arguição ao Pré-projeto (item 7.2); 2º maior idade.

4.3. Os recursos a toda e qualquer fase do processo de seleção deverão ser feitos por meio de requerimentos endereçados ao Presidente da Comissão de Seleção, enviados por e-mail para selecao.ppgcp.2022@gmail.com, respeitados os prazos previstos no Item 6 do presente edital (Calendário).

4.3.1. Em caso de deferimento, o(a) candidato(a) será convocado(a) por meio de publicação na página do PPGCP na internet para receber as informações sobre sua participação na próxima fase da seleção.

5. ETAPAS DE SELEÇÃO

5.1. 1ª Etapa: prova escrita (eliminatória).

5.2. 2ª Etapa: arguição oral dos(as) candidatos(as), com base no Currículo Lattes, no Pré-projeto apresentado, na Carta de Intenções ao Presidente da Comissão de Seleção e, também, na prova escrita (eliminatória e classificatória);

5.3. Os(as) candidatos(as) inscritos no processo seletivo, objeto deste edital, serão submetidos unicamente às etapas descritas acima, com exceção dos(as) candidatos(as) inscritos(as) com autodeclaração de pertencimento à população negra, que também participarão da 3ª etapa (Avaliação de Heteroidentificação).

6. DO CALENDÁRIO

Etapas da Seleção	Datas / Períodos	Local
Divulgação do Edital	13/10/2022	Site do PPGCP
Prazo Recursal do Edital	14 a 31/10/2022	e-mail: selecao.ppgcp.2022@gmail.com
Resposta dos recursos contra o Edital	01/11/2022	Site do PPGCP
Inscrições para o processo seletivo	03 a 24/11/22	Site do SIGAA https://sigaa.ufpa.br/sigaa/public/processo_seletivo/lista.jsf?aba=p-processo&nivel=S
Homologação e divulgação dos(as) candidatos(as) inscritos(as)	05/12/2022	Site do PPGCP
Prazo Recursal das inscrições	06 e 07/12/2022	E-mail: selecao.ppgcp.2022@gmail.com
1ª Etapa: Realização da prova escrita	12/12/2022	Sala de Aula PPGCP
Divulgação dos(as) aprovados(as) na Prova Escrita	19/12/2022	Site do PPGCP
Prazo recursal da Prova escrita	20 e 21/12/2022	e-mail: selecao.ppgcp.2022@gmail.com
Resposta dos recursos contra a Prova escrita	22/12/2022	Site do PPGCP
2ª Etapa: Arguição dos(as) candidatos(as) aprovados(as) na prova escrita	01 a 03/02/2023	A definir
Divulgação do resultado da segunda etapa do processo seletivo	06/02/2023	Site do PPGCP
Prazo Recursal da arguição	07 e 08/02/2023	e-mail: selecao.ppgcp.2022@gmail.com
Resposta dos recursos da Arguição	09/02/2023	A definir
3ª Etapa: Avaliação de Heteroidentificação (Banca e Recursos)	10 a 16/02/2023	A definir
Divulgação do Resultado Final do processo seletivo	Até o dia 17/02/2023	Site do PPGCP

6.1. A prova escrita e a arguição oral serão realizadas presencialmente com data e local informados oportunamente no site do PPGCP.

6.1.1. O local e data da realização da 3ª etapa (Avaliação de Heteroidentificação) serão definidos pela ADIS.

7. DOS CRITÉRIOS DE ANÁLISE

7.1. Prova Escrita (eliminatória):

7.1.1. A prova escrita dissertativa versará sobre temas específicos com base na bibliografia indicada neste edital.

7.1.2. A prova será presencial e terá duração de 4 (quatro) horas, não sendo permitida a consulta a textos, livros, anotações, material audiovisual ou outro tipo de material;

7.1.3. Serão observados os seguintes critérios de avaliação:

a) Conhecimento e aprofundamento do tema proposto; atualização e adequação da resposta à literatura indicada no edital (80% da prova);

b) Organização e clareza na exposição do argumento (introdução, desenvolvimento, conclusão); uso adequado da terminologia técnica; correção gramatical (20% da prova).

7.1.4. Qualquer identificação de plágio implicará na imediata desclassificação do(a) candidato(a);

7.1.5. A prova escrita será corrigida por, pelo menos, dois membros da Comissão de seleção. Havendo diferença entre os avaliadores maior ou igual a dois pontos será convocado um terceiro avaliador. A nota atribuída por este terceiro avaliador será confrontada com as duas notas anteriores, sendo que a nota que mais se aproximar com a do terceiro avaliador será considerada e a nota que mais se afastar será descartada. A nota final será a média das notas consideradas de dois avaliadores.

7.1.6. Para a realização da prova escrita, o(a) candidato(a) deverá identificar-se mediante apresentação do seu RG e CPF.

7.1.6.1. Na prova escrita não haverá a identificação do(a) candidato(a), que será feita apenas pela indicação do número do seu CPF na primeira página do caderno de respostas.

7.1.7 O(A) candidato(a) poderá ter acesso a sua prova e as planilhas individuais de correção da mesma, desde que solicite por meio de requerimento (via e-mail selecao.ppgcp.2022@gmail.com) endereçado ao Presidente da Comissão de Seleção, respeitando-se o prazo recursal previsto no presente edital.

7.2. Arguição oral dos(as) candidatos(as), com base no Pré-projeto apresentado, no Currículo Lattes, na Carta de Intenções e, também, na prova escrita (eliminatória):

7.2.1. Serão arguidos(as) os(as) candidatos(as) aprovados(as) na prova escrita.

7.2.2. A arguição será feita com base nos dados do Currículo Lattes, no Pré-projeto apresentado por ocasião da inscrição do(a) candidato(a) e na prova escrita. Os critérios de avaliação desta etapa, são:

a) conhecimento teórico e metodológico, domínio e segurança em relação ao tema do pré-projeto, coerência entre os componentes expostos na defesa do pré-projeto proposto (tema, problema, hipóteses, objetivos e metodologia) – 60% da nota;

b) experiência em atividades de pesquisa acadêmica, publicações de artigos relacionados às linhas de pesquisa do curso (comprovadas e expostas no CV Lattes) e disponibilidade para as atividades do programa – 20% da nota;

c) desempenho acadêmico do(a) candidato(a) exposto no histórico escolar de sua formação acadêmica anterior (graduação, especialização, mestrado, etc.) – 20% da nota;

7.3. As arguições serão realizadas por ordem alfabética dos(as) candidatos(as) aprovados(as) na prova escrita.

7.3.1. A nota final da arguição será estabelecida pela média aritmética da nota atribuída por todos(as) os(as) professores(as) componentes da banca de avaliação, no momento da arguição.

7.3.2. O(a) candidato(a) poderá ter acesso às planilhas individuais de avaliação da arguição, desde que solicite por meio de requerimento (via e-mail selecao.ppgcp.2022@gmail.com) endereçado ao Presidente da Comissão de Seleção, respeitando-se o prazo recursal previsto no presente edital.

8. DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO DA AVALIAÇÃO

8.1. Será considerado(a) aprovado(a) em cada fase do processo seletivo, o(a) candidato(a) que obtiver nota mínima 6 (seis) pontos, no intervalo de 0 (zero) a 10 (dez).

8.1.1. Para os(as) candidatos(as) que concorrem às cotas estabelecidas no item 1.2 do presente edital, serão considerados(as) aprovados(as) caso obtenham nota mínima de 5 (cinco) pontos em cada uma das etapas do processo seletivo.

8.2. A nota final e a classificação serão calculadas pela média das notas parciais obtidas na avaliação do desempenho dos(as) candidatos(as) nas duas primeiras etapas do processo seletivo (prova escrita e arguição oral), sendo aprovados(as) aqueles(as) que alcançarem nota final igual ou superior a 6 (seis), no intervalo de 0 (zero) a 10 (dez).

8.2.1. Para os(as) candidatos(as) que concorrem às cotas estabelecidas no item 1.2. do presente edital, a nota final a ser considerada deve ser igual ou superior a 5 (cinco), no intervalo de 0 (zero) a 10 (dez).

8.3. Os(as) candidatos(as) serão classificados(as) segundo a ordem das suas notas finais, até atingir o número máximo de vagas estabelecido neste Edital.

8.4. A ordem de classificação não garante acesso automático às bolsas eventualmente disponibilizadas pelo PPGCP.

9. CANDIDATOS(AS) ESTRANGEIROS

9.1. Candidatos(as) estrangeiros(as) residentes fora do Brasil poderão realizar a Prova Escrita e a arguição ao projeto na Embaixada brasileira de seu respectivo país de origem. Para isto, deverão apresentar, quando de sua inscrição, documento da Embaixada brasileira aceitando a realização de prova e de arguição oral em suas dependências, em dia fixado pela Comissão de Seleção, bem

como duração e condições de não consulta bibliográfica semelhantes à dos(as) demais candidatos(as), além de designar funcionário responsável por sua aplicação.

9.2. Candidatos(as) estrangeiros(as) a uma bolsa de estudos da CAPES, CNPq, ou outros convênios específicos de fomento para alunos de Mestrado estrangeiros no Brasil chancelados pela CAPES, poderão requerer uma carta de aceite do PPGCP ao longo do período de inscrições, previsto no respectivo edital. A emissão desta carta dependerá de análise do curriculum vitae do(a) candidato(a) estrangeiro, plano de trabalho e histórico escolar, indicando que ele está apto aos estudos de Pós-Graduação em Ciência Política, não o eximindo de cumprir as etapas posteriores do processo de seleção no âmbito do Ministério de Relações Exteriores do Brasil.

10. DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. É vedada a presença de quaisquer outros(as) candidatos(as) quando da realização das arguições orais.

10.2. Os(as) candidatos(as) aprovados deverão apresentar, no momento da matrícula do curso, uma cópia simples junto com o original, para simples conferência dos documentos descritos no itens 3.3.1., 3.3.2. e 3.3.3.

10.3. A divulgação dos resultados contemplará a nota obtida pelo candidato(a) em cada fase do processo seletivo, identificado pelo código de inscrição.

10.4. Não havendo o preenchimento das vagas, o Colegiado do PPGCP poderá abrir novo edital de seleção, especificamente para completar as vagas ociosas.

10.5. Data e horário de matrícula dos(as) aprovados(as) serão divulgados em momento oportuno, no Site do PPGCP.

10.6. O Curso exige dedicação integral dos(as) candidatos(as) aprovados(as).

10.7. Os(as) candidatos(as) deverão realizar exame de proficiência em inglês, obrigatório, que será realizado em data e horário oportunos a serem divulgados no site do PPGCP.

10.7.1. O exame de proficiência em língua portuguesa é obrigatório para os(as) candidatos(as) estrangeiros, exceto para aqueles oriundos dos PALOP.

10.8. O Cronograma do processo seletivo poderá sofrer modificações pela Comissão de Seleção em decorrência de eventos imprevistos, tais como pane na rede elétrica, problemas na conexão local de internet, dentre outros.

10.8.1. É de inteira responsabilidade do(a) candidato(a) o acompanhamento de eventuais modificações no cronograma, divulgadas no site do PPGCP.

10.9. É de inteira responsabilidade do(a) candidato(a) a provisão da infraestrutura necessária para a participação em todas as etapas do processo seletivo.

10.10. Em função do caráter de excepcionalidade causado pela pandemia de Covid-19 o presente edital segue todas as recomendações da Organização Mundial de Saúde e resoluções da Universidade Federal do Pará.

10.11. Os casos omissos serão avaliados e resolvidos, em primeira instância, pela Comissão de Seleção; e em segunda instância, pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política.

ANEXO I

BIBLIOGRAFIA DA PROVA ESCRITA

ABRANCHES, Sérgio. Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro. In: **Dados – Revista Brasileira de Ciências Sociais**, RJ, vol. 31, n. 1, 1988, pp. 5-34.
https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4251415/mod_resource/content/1/AbranchesSergio%281988%29_PresidencialismodeCoalizao.pdf

ARAÚJO, Suely Mara V. G. & SILVA, Rafael S. Titulares da agenda e carreiras políticas. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº10. Brasília, janeiro – abril de 2013, pp. 285-311.
<https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/CSLN9Wqn3VbWbYT8gTBMX7C/?format=pdf&lang=pt>

BIROLI, Flávia. Teorias feministas da política, empiria e normatividade. **Lua Nova**, São Paulo, n. 102, p. 173-210, Sep-Dec.2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-173210/102>

DOWNS, Antony. **Uma teoria econômica da democracia**. São Paulo: Edusp, 1999.

SOARES, Marcia Miranda; MACHADO, José Ângelo. **Federalismo e políticas públicas**. Brasília: Enap, 2018 (capítulos 3 e 4, p. 55-105). Disponível em: https://www.mprj.mp.br/documents/20184/1330165/Federalismo_e_Politiclas_Publicas.pdf

WEBER, Max. Política como vocação. In: WEBER, Max. **Ciência política: duas vocações**. São Paulo, Martin Claret, 2015. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=424273>



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

ANEXO II - AUTODECLARAÇÃO RACIAL DE PESSOA NEGRA

Eu, _____,
RG _____ CPF _____, inscrito no Processo Seletivo do curso de mestrado da Pós-graduação em Ciência Política (PPGCP) sob o número _____, objeto do Edital nº 02/2022, de 13 de outubro de 2022, declaro, para fim específico de ingresso na UFPA, que sou Pessoa Negra, de cor _____ (preta ou parda).

JUSTIFICATIVA:

Declaro, ainda, que me reconheço como pessoa negra pelas seguintes características no meu fenótipo:

Estou ciente de que na hipótese de se comprovar informações inverídicas, apurado em qualquer tempo, ainda que posteriormente à matrícula, estou sujeito a perder a vaga, independentemente da alegação de boa-fé, e a quaisquer direitos dela decorrentes.

_____, _____, de _____ de 2022.

Assinatura (conforme documento de identidade)

ANEXO III

PROGRAMAS DE PESQUISA DOS(AS) PROFESSORES(AS) DO PPGCP

PROGRAMA: FILOSOFIA POLÍTICA, DIAGNÓSTICOS E PROGNÓSTICOS DE NORMATIZAÇÃO SOCIAL**COORDENADORA: Prof^ª. Dr^ª. BÁRBARA LOU DA COSTA VELOSO DIAS**

Doutora em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro - IUPERJ/IESP. Professora adjunta da Universidade Federal do Pará - UFPA, docente da faculdade de Ciências Sociais e do Programa de Pós-graduação em Ciência Política (IFCH-UFPA). Membro fundadora do Cesip-Margear. Pesquisadora visitante na Universidade François Rabelais de Tours - França. Guest Scientist LE STUDIUM (Laboratório ICD - Interactions Culturelles et Discursives). Pós doutoranda do Laboratório SOPHIAPOL (Universidade Paris Nanterre). Pesquisadora membro da Rede Internacional de Pesquisa GENA (Grupo de Estudos sobre Neoliberalismo e alternativas; laboratório Sophiapol, Université Paris Nanterre). Membro associada da Associação Brasileira de Ciência Política - ABCP. Foi bolsista do Banco Interamericano na análise de políticas públicas na Venezuela (Mercal). Foi bolsista do IPEA como pesquisadora do Projeto Radiografia do Brasil Contemporâneo. Tem experiência na área de sociologia jurídica e sociologia política, bem como de teoria política contemporânea. Na pesquisa aborda os seguintes temas: Teoria e epistemologia política contemporânea, neoliberalismo, teoria do Estado, teoria democrática, sociologia política e teoria política brasileira. Recentemente realizou pesquisa (bolsista contratada) sobre Extermínio da juventude na Amazônia e sobre a representatividade das mulheres profissionais da política do Estado do Pará.

Objetivos: a) Estudar e desenvolver projetos sobre filosofia política, especificamente relacionados à formação de identidade e sua relação com a reprodução social e política); b) Estudar e desenvolver projetos sobre os diagnósticos apresentados pela teoria crítica, especialmente o tema das formas de vida e de sofrimentos; c) Desenvolver uma reflexão filosófica política e projetos sobre as possibilidades de reinvenção normativa das teorias sobre representação política e exercício do Comum; d) Analisar e desenvolver projetos de modelos que buscam repensar novas formas de exercício político disruptivo.

Ementa: Formas de vida. Normatização social. Teoria crítica. Emancipação social. Identidade. Formas de Sofrimento. Precariedade. Necropolítica. Teoria do reconhecimento. Sofrimento por indeterminação. Democracia. Representação. Comum.

Temas de Interesse do Programa:

- a) Normatização e Reprodução social e política
- b) Teoria crítica e reflexividade social
- d) Neoliberalismo e Alternativas

Grupos de Pesquisa: Cesip-Margear (Grupo de Estudos sobre as Normalizações Violentas das Vidas na Amazônia), GENA (Grupo de Estudos sobre o Neoliberalismo e Alternativas) e o Observatório das Metrôpoles

PROGRAMA: O APARATO JUDICIAL ESTATAL, SUA REPRODUÇÃO E SEUS VÍNCULOS COM A POLÍTICA

COORDENADORA: Prof^ª. Dr^ª. BÁRBARA LOU DA COSTA VELOSO DIAS

Objetivos: Este programa apresenta os seguintes objetivos: Estudar e desenvolver projetos sobre o poder judiciário, especificamente sobre a forma como este realiza o recrutamento, a manutenção e a reprodução do seu aparato estrutural e disposicional. Estudar e desenvolver projetos prosopográficos sobre a formação disposicional e social dos juízes e outros membros do aparato judicial em sentido lato. Analisar e desenvolver projetos sobre a relação e a função do poder judiciário na formação e consolidação de um tipo de burocracia do Estado Brasileiro. Analisar e desenvolver projetos comparativos sobre o fenômeno do LawFare.

Ementa: Reprodução social. Disposições. Capitais. Prosopografia. Autonomia. Profissionalização. Burocracia. Aparato judicial. Lawfare. Judicialização.

Temas de Interesse do Programa:

- a) Autonomização e profissionalização do campo judicial no sentido lato.
- b) A formação e as disposições do corpo profissional que atua nas instituições judiciais e corpos políticos.
- c) Estudar comparativamente o Lawfare e o papel deste na perda de soberania política.

Grupos de Pesquisa: Cesip-Margear (Grupo de Estudos sobre as Normalizações Violentas das Vidas na Amazônia), GENA (Grupo de Estudos sobre o Neoliberalismo e Alternativas) e o Observatório das Metrôpoles

PROGRAMA: INSTITUIÇÕES POLÍTICAS E ESTUDOS LEGISLATIVOS NA AMÉRICA LATINA

COORDENADOR: Prof. Dr. BRUNO DE CASTRO RUBIATTI

Bacharel e Licenciado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2005); Mestre (2008) e Doutor (2014) em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas. Realizou Estágio Pós-doutoral junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFPI (PNPD/CAPES). Tem experiência na área de Ciência Política, com ênfase em Instituições Governamentais Específicas e Processos Legislativos.

Objetivos: Analisar os regimes institucionais dos Países Latino-Americanos e seus impactos sobre o funcionamento dos Legislativos do subcontinente, englobando tanto estudos comparados quanto estudos de casos.

Ementa: Regimes institucionais na América Latina, Comportamento Parlamentar, Relação Executivo e Legislativo nos países latino-americanos.

Temas de Interesse do Programa:

- a) Instituições Políticas na América Latina.
- b) Sistemas Partidários e Eleitorais latino-americanos e seus impactos no comportamento parlamentar.
- c) Organização e Comportamento Parlamentar. Capacidade de Controle dos legislativos latino-americanos.

- d) O Legislativo no processo decisório.
- e) Sistemas bicamerais da América Latina.
- f) Relação entre o Executivo e o Legislativo. Sistemas de Governo na América Latina.
- g) Federalismo e Representação territorial nos países latino-americanos.

PROGRAMA: DEMOCRACIA, PARTICIPAÇÃO E INSTITUIÇÕES POLÍTICAS

COORDENADOR: Prof. Dr. CARLOS AUGUSTO DA SILVA SOUZA

Graduado em Economia pela UFPA (1988); Mestre em Ciência Política (1994); Doutor em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (2006). Atua principalmente nos seguintes temas: Sistemas Eleitorais e Partidários; Minorias e grupos de interesse no processo eleitoral; Comportamento Eleitoral; Subrepresentação e participação política; Política Comparada.

Objetivos: Desenvolver estudos sobre o funcionamento das instituições democráticas no Brasil, evidenciando a participação e influência dos atores políticos, tanto no âmbito do sistema eleitoral e partidário quanto na relação entre os poderes executivo e legislativo. Estudar a participação de minorias (mulheres, negros, indígenas, jovens e idosos) no processo eleitoral.

Ementa: Geografia do voto, participação e representação política, comportamento eleitoral; coligações partidárias; minorias e grupos de interesses no processo eleitoral, subrepresentação política, emendas orçamentárias, recrutamento político, reeleição e renovação parlamentar, financiamento de campanhas.

Temas de Interesse do Programa:

- a) Avaliar o sistema partidário e a força dos partidos na esfera local, nacional e estadual;
- b) Analisar a Geografia do voto existente nas eleições legislativas e executivas;
- c) Entender o processo de Participação e o comportamento do eleitor nas eleições legislativas e executivas;
- d) Estudar o processo de formação e desempenho das coligações no processo eleitoral;
- e) Identificar a participação de grupos sociais relevantes na formação do poder político como: mulheres, indígenas, negros, religiosos, jovens, idosos, etc.;
- f) Verificar os mecanismos de recrutamento e formação de lideranças na esfera eleitoral e partidária;
- g) Avaliar as reeleições e a renovação parlamentar verificados no processo eleitoral;
- h) Analisar a formação da receita e despesas das campanhas eleitorais e o processo de prestação de contas por parte da elite política.

PROGRAMA: PADRÕES DE INTERAÇÃO EXECUTIVO-LEGISLATIVO-GRUPOS DE INTERESSE, EM CONTEXTOS INSTITUCIONAIS ESPECÍFICOS

COORDENADORA: Prof^ª. Dr^ª. EUGÊNIA ROSA CABRAL

Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Pará (1989); Mestre (1998) pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA/UFPA); Doutora (2007) em Ciências Humanas: Sociologia e Política pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Coordena o Projeto de Cooperação Acadêmica “Políticas Públicas e Processos Decisórios” no âmbito do PROCAD-Amazônia (CAPES - Edital 21/2018). Atua principalmente nos seguintes temas: 1) Comportamento Legislativo. 2) Lobby e Políticas Públicas. 3) Legislativo e Políticas Públicas; 4) Processo Decisório e Cultura Política; 5) Políticas de Meio ambiente.

Objetivos: analisar o papel das instituições como fator determinante na configuração dos padrões de relação entre o executivo, o legislativo e os grupos de interesse, mais especificamente grupos empresariais, com ênfase nas implicações desses padrões de interação na produção legislativa e nos processos decisórios concernentes a políticas públicas.

Ementa: Padrão de Interação entre executivo, legislativo e grupos de interesse; Processos decisórios de políticas públicas; Produção legislativa; Lobby como forma de representação política; Regras institucionais como fator determinante de padrões de interação; Papel do Estado na coordenação e regulação do mercado.

Temas de Interesse do Programa:

- a) Produção legislativa e processos decisórios sobre projetos de infraestrutura de transporte, portos, energia elétrica e telecomunicações com significativo impacto ambiental;
- b) Produção legislativa e processos decisórios sobre política ambiental, biossegurança e aquecimento global;
- c) Lobby como representação de interesses, no âmbito do Congresso Nacional, no contexto democrático atual;
- d) Padrões de Interação entre Executivo, Legislativo e Grupos de Interesse em processos de elaboração de políticas públicas.

PROGRAMA: ANTROPOLOGIA POLÍTICA

COORDENADORA: Prof^ª. Dr^ª. FERNANDA VALLI NUMMER

Graduada em Ciências Sociais - Bacharelado e Licenciatura - pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1997), mestre em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2001) e doutora em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2010). Atualmente é pesquisadora e professora da Universidade Federal do Pará. Tem experiência na área de Antropologia e Sociologia, atuando principalmente nos seguintes temas: identidade, sociabilidade, trabalho, militarismo e instituições policiais.

Objetivos: realizar estudos com enfoque em antropologia sobre a política nacional e internacional; Orientar trabalhos que recorram ao método etnográfico para estudos sobre fenômenos políticos no Brasil.

Ementa: Antropologia política, conceitos fundamentais da antropologia e da antropologia política, poder, Estado, dádiva, entre outros. Exemplos de estudos em antropologia política.

Temas de Interesse do Programa:

- a) Políticas Públicas;
- b) Instituições Políticas;
- c) Personagens da Política Brasileira

PROGRAMA: CLASSES SOCIAIS E COMPORTAMENTO POLÍTICO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO.

COORDENADOR: Prof. DR. GUSTAVO CÉSAR DE MACEDO RIBEIRO

Graduado (2004), Mestre (2006) e Doutor (2014) em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Atua principalmente nos seguintes temas: 1) Comportamento político; 2) Comportamento eleitoral e classes sociais; 3) Eleições e sistemas eleitorais; 4) Partidos políticos e sistemas partidários; 5) Política brasileira.

Objetivos: analisar as tendências de intenção de voto em eleições presidenciais no Brasil durante o período compreendido entre 2002 e 2014, buscando identificar as possíveis relações entre inserção diferencial em relações de classe e comportamento eleitoral. Dessa forma, com base em resultados de *surveys* de opinião com abrangência nacional (tais como o ESEB e o *Latinobarómetro*), a investigação empírica intenta desvelar se, no espaço de tempo em questão, são identificados padrões de voto de classe. Especificamente, se estão presentes, no período estudado, tendências de voto de classe “tradicional” (i.e. eleitores de classes trabalhadoras votando em partidos de esquerda) e “total” (que engloba os outros tipos interação entre voto e classe).

Ementa: Voto de classe; Comportamento político e clivagens sociais; Eleições presidenciais; Pesquisas *survey*.

Temas de Interesse do Programa:

- a) Comportamento político;
- b) Voto, classes e clivagens sociais;
- c) Eleições presidenciais e subnacionais;
- d) Disputas eleitorais no Brasil contemporâneo;
- e) Metodologias quantitativas e análise política.

PROGRAMA: DEFESA SOCIAL E JUSTIÇA CRIMINAL

COORDENADOR: Prof. Dr. JAIME LUIZ CUNHA DE SOUZA

Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Pará. Professor Associado Nível II. Professor da Faculdade de Ciências Sociais, do Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública e do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, da UFPA. Atividades docentes e de pesquisa nas áreas de Crime e Violência na América Latina; Segurança Pública; Moradores em Situação de Rua e suas interfaces com variadas formas de violência.

Objetivos: Analisar os funcionamento das instituições de segurança pública e justiça criminal cotejando a dinâmica da relação entre essas instituições e os outros segmentos da sociedade no Brasil e na América latina

Ementa: Dinâmicas envolvidas no funcionamento das instituições de segurança pública e justiça criminal, suas políticas e seus programas.

Temas de Interesse do Programa:

- a) Instituições de Segurança Pública; Polícias, Corpo de bombeiros e Guarda Municipal;
- b) Instituições do Sistema de Justiça: Ministério Público, Defensoria, Juizados;
- c) Instituições do Sistema Penitenciário;
- d) Instituições e Programas destinados à ressocialização de presos;
- e) Instituições de assistência a moradores em situação de rua, acolhimento a idosos;
- f) Programas destinados ao atendimento de pessoas sob medidas protetivas.

PROGRAMA: POLÍTICA DE RECONHECIMENTO TERRITORIAL INDÍGENA NO BRASIL: ATORES, INSTITUIÇÕES E PROCESSOS

COORDENADOR: Prof. Dr. LEONARDO BARROS SOARES

Psicólogo pela Universidade Federal do Ceará(UFC). Mestre (2013) e doutor (2019) em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais. Realizou estágio doutoral em 2017 na Université de Montréal junto ao CPDS - *Centre de recherche sur les politiques et le développement social*, com bolsa CAPES. Membro do *RÉLAM - Réseau d'études latino-américaines de Montréal* (Université de Montréal), do LAGERI- Laboratório e Grupo de Estudos em Relações Interétnicas (LAGERI/ UnB) e do Projeto Democracia Participativa (PRODEP/UFMG). É Professor Adjunto do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Pará.

Objetivos: O programa de pesquisa tem como objetivo, por meio de estudos com métodos mistos (*QCA, process-tracing* e estudos de caso), compreender os fatores determinantes que levam ao reconhecimento estatal de terras indígenas brasileiras, buscando responder a duas perguntas: 1. Porque alguns grupos indígenas conseguem obter a demarcação de suas terras e outros não e; 2. Porque algumas demarcações são obtidas de forma mais rápida do que outras. Nesse percurso, mapeamos um conjunto amplo de dados sobre povos indígenas e as políticas a eles destinadas pós-

Constituição de 1988. Ademais, nos interessa compreender as interrelações entre os atores estatais e não-estatais (indígenas e não-indígenas) e sua vinculação com a produção de uma política pública de reconhecimento territorial indígena que atenda às demandas dos povos originários brasileiros.

Ementa: Política indigenista; políticas de reconhecimento territorial indígena; política comparada; associativismo étnico; povos indígenas no continente americano; ciência política e a pesquisa com povos indígenas; neoinstitucionalismo; democracia deliberativa e instituições participativas;

Temas de Interesse do Programa:

- a) Democracia participativa;
- b) Instituições participativas;
- c) Teoria deliberacionista;
- d) Etnopolítica;
- e) Política indigenista comparada e povos indígenas americanos;
- f) Movimentos sociais;
- g) Associativismo étnico;
- h) Políticas de reconhecimento territorial indígena em perspectiva comparada.

PROGRAMA: CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS DA DESCONFIANÇA NAS ELEIÇÕES NO BRASIL

COORDENADOR: PROF. DR. LUCAS TOSHIKI ARCHANGELO OKADO

Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Maringá (2011), mestre em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Maringá (2013) e doutor em Ciência Política pela Universidade Federal do Paraná (2018). Atualmente é professor adjunto da Universidade Federal do Pará. Tem experiência na área de Ciência Política, com ênfase em Atitude e Ideologias Políticas, atuando principalmente nos seguintes temas: comportamento político, participação política, juventude e política, ideologia e valores, Política Latino-americana.

Objetivos: Identificar como o resultado das eleições afeta a confiança no processo eleitoral. Analisar a relação entre a falta de confiança no processo eleitoral, satisfação com a democracia e a confiança nas instituições democráticas. Verificar como a desconfiança no processo eleitoral afeta a participação política.

Ementa: Eleições nas democracias contemporâneas; Organização de eleições e integridade eleitoral; Confiança nas eleições, democratismo e comportamento político.

Temas de Interesse do Programa:

- a) Crenças, Valores e Atitudes Políticas;
- b) Comportamento Político e Opinião Pública;

- c) Confiança nas Instituições e Apoio à Democracia;
- d) Juventude e Participação Política;
- e) Movimentos Sociais, Ação Coletiva e Protesto Político;
- f) Ideologia e Identificação Partidária.

PROGRAMA: TERRA, SAÚDE E EDUCAÇÃO: POLÍTICAS PÚBLICAS PARA POPULAÇÕES QUILOMBOLAS NA AMAZÔNIA

COORDENADOR: Prof. Dr. LUÍS FERNANDO CARDOSO E CARDOSO

Graduado em Ciências Sociais pela Universidade da Amazônia (1999); Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Pará (2002); Doutor em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (2008). Realizou Estágio Pós-doutoral na *University of St. Andrews*, Scotland-UK (2014). Tem experiência na área de Pensamento Social Latino Americano, com ênfase na perspectiva decolonial. Atua principalmente nos seguintes temas: Antropologia Política, Pensamento Decolonial, Estado e políticas públicas para população tradicional, assim como temas relacionados à raça e etnicidade.

Objetivos: As populações tradicionais, por meio dos movimentos sociais, possuem agenda de luta por direitos sociais definidas segundo suas avaliações com relação às possibilidades políticas de conquistá-los. Deste modo, elas lutaram por muito tempo, e algumas ainda lutam, para assegurar o direito à terra, com objetivo de garantirem a reprodução da vida material. Os grupos que alcançaram suas demandas, logo formularam outras reivindicações sobre as quais passam se organizar politicamente. Nesse movimento, uma parcela das populações tradicionais hoje tem como bandeira de luta a formulação de políticas públicas ligadas às suas especificidades étnico-raciais e culturais, nas áreas que lhes parecem mais urgentes. Portanto, com este programa de pesquisa, investiga-se como as políticas públicas relacionadas à produção, à saúde e educação chegam às populações tradicionais, e quais seus efeitos reais para efetivação da cidadania da população rural no Brasil.

Ementa: Os estudos de políticas públicas às populações tradicionais seguirão a matriz do pensamento decolonial, com autores como Enrique Dussel, Anibal Quijano, Walter Dignolo, Nelson Maldonado-Torres. Com os herdeiros da teórica crítica, Nancy Fraser e Axel Honneth, analisaremos a organização política e social das populações tradicionais e suas lutas por reconhecimento e distribuição. Esses dois eixos serão alimentados por outros autores, os quais comporão o quadro analítico desse programa de investigação.

Temas de Interesse do Programa:

- a. Raça e Estado,
- b. Estado e Direito Quilombola,
- c. Saúde e Raça,
- d. Raça e Políticas Públicas.

PROGRAMA: REPRESENTAÇÃO, INSTITUIÇÕES E COMPORTAMENTO POLÍTICO.

COORDENADOR: Prof^ª. Dr^ª. MARIA DOLORES LIMA DA SILVA

Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Pará (1991); Mestre (1999) e Doutora (2007) em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro - IUPERJ. Atua principalmente nos seguintes temas: 1) Comportamento Parlamentar. 2) Relação Executivo x Legislativo. 3) Produção Legislativa. 4) Processo Decisório de Políticas Públicas. 5) Políticas Públicas Ambientais.

Objetivos: Analisar comportamentos políticos no âmbito das instituições do sistema político brasileiro, especialmente do Poder Legislativo nacional, estadual e municipal. Produzir reflexões a respeito do processo decisório de políticas públicas. Identificar demandas e interesses traduzidos pelos atores políticos no exercício das atividades de representação parlamentar. Investigar as especificidades da produção de políticas ambientais no Parlamento.

Ementa: Análise de demandas por políticas públicas no Poder Legislativo; Investigação sobre o papel dos poderes Executivo e Legislativo na elaboração de políticas públicas. Estudo e pesquisa sobre políticas ambientais.

Temas de Interesse do Programa:

- a) Perfil institucional dos Poderes Legislativos nacional, estadual e municipal;
- b) Produção legislativa sobre políticas sociais e ambientais;
- c) Processo decisório de políticas públicas.
- d) Políticas de impacto ambiental;
- e) Perfil de mandatos parlamentares.

PROGRAMA: POLÍTICAS AMBIENTAIS: REGULAÇÃO E IMPACTOS SOBRE COMUNIDADES AMAZÔNICASNTAIS: REGULAÇÃO

COORDENADORA: Prof^ª. Dr^ª. MARIA DOLORES LIMA DA SILVA

Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Pará; Mestre e Doutora em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro - IUPERJ. Atua principalmente nos seguintes temas: 1) Comportamento Parlamentar. 2) Relação Executivo-Legislativo. 3) Produção Legislativa. 4) Processo Decisório de Políticas Públicas. 5) Políticas Públicas Ambientais.

Objetivos: Analisar comportamentos políticos no âmbito das instituições do sistema político brasileiro, especialmente do Poder Legislativo nacional, estadual e municipal. Produzir reflexões a respeito do processo decisório de políticas públicas. Identificar demandas e interesses traduzidos pelos atores políticos no exercício das atividades de representação parlamentar. Investigar as especificidades da produção de políticas ambientais no Parlamento.

Ementa: Análise e pesquisa sobre políticas regulatórias ambientais. Estudos sobre o papel dos poderes Executivo e Legislativo na elaboração de políticas ambientais. Análise sobre o impacto de políticas ambientais sobre diferentes grupos sociais amazônicos.

Temas de Interesse do Programa:

- a) Processo decisório de políticas públicas ambientais.
- b) Impacto de políticas ambientais sobre grupos sociais amazônicos.
- c) Reformulação de políticas ambientais.

PROGRAMA: GÊNERO, PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E DEMOCRACIA

COORDENADORA: Prof^{ra}. Dr^a. MARIA LUZIA MIRANDA ALVARES

Tem Graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Pará (1977), Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento (NAEA/UFGA, 1990) e Doutorado em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (2004). Ao longo de sua trajetória tem se dedicado à coordenação de estudos e seminários sobre a cultura do feminismo e ao empoderamento feminino. É coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas Eneida de Moraes sobre Mulher e Relações de Gênero (GPEM/UFGA), desde 1994, cadastrado no DGP/CNPq; coordena a linha de pesquisa Mulher e Participação Política do GPEM. É membro do Núcleo de Estudos Interdisciplinares da Violência na Amazônia (NEIVA). É membro da diretoria da Associação de Críticos de Cinema do Pará (ACCPA), associada desde 1978. Vinculou-se ao Observatório de Monitoramento da Lei Maria da Penha (OBSERVE), coordenando as pesquisas na Região Norte (2007 aos dias atuais). Fez parte da diretoria da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP) entre 2008-2012. Foi coordenadora da Rede Feminista de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher e Gênero (REDOR), Norte e Nordeste (1996-1998 e 2008-2012). Foi coordenadora da linha de pesquisa Feminismo e Política da REDOR (1996-1998 e 2012-2014 e até os dias atuais). Coordenou (2012-2014), com José Eustáquio Alves (ENCE), a Área Temática "Gênero, Democracia e Políticas Públicas", na ABCP. Presentemente aposentada pela UFGA, atua como Professora Voluntária nessa instituição, ministrando aulas e orientando alunos/as de graduação, mestrado e doutorado e bolsistas PIBIC da Faculdade de Ciências Sociais/IFCH. Tem organizado livros e publicado artigos em periódicos e livros sobre temas relacionados à mulher na política e ao empoderamento feminino.

Objetivos: O programa de pesquisa tem como objetivo estimular o debate sobre as várias questões discutidas mundialmente e em especial, nas sociedades democráticas, evidenciando: as relações sociais de gênero como relações de poder; a diversidade como um valor nas relações humanas, representando um princípio básico de cidadania, com efetivo direito à diferença, possibilitando ações de justiça de acordo com os valores individuais e eliminando condutas discriminatórias; as desigualdades sociais pela tardia cidadania feminina nas sociedades democráticas tendentes às representações e práticas assimétricas entre os gêneros; os direitos humanos incluindo-se os direitos fundamentais das mulheres e dos gêneros como sejam os direitos culturais, sociais, econômicos, civis e políticos em suas várias intercessões - geracionais, étnico-raciais, de classe e

geográfica, onde a Amazônia torna-se a referência de base à proteção de seu povo, contra as invasões e o desmatamento.

Ementa: A linha acolhe investigações teóricas e empíricas para a desconstrução do pensamento político sobre democracia e as práticas de violências naturalizadas pelo sistema patriarcal que fundamentaram a socialização e as representações do que é ser “homem” e ser “mulher” alicerçando-as nas diferenças sexuais. Nessa “caricatura”, a sociedade civil se organizou, distribuindo direitos aos homens e reservando, às mulheres, a imagem refletida da sua própria natureza atribuindo-as à esfera privada politicamente irrelevante. Nesse sentido, os espaços público e privado constituem diferenciais hierarquizados das relações de gênero enquanto teoria política. Efetivam-se nas representações culturalmente construídas, expressas em instituições sociais como a família, a escola, a igreja, as ciências e a epistemologia tradicional sobre a situação das mulheres e os gêneros. Dessa forma, com base na teoria crítica feminista como teoria política analisam-se as representações sociais resultantes de relações imperativas da colonialidade do poder, contrapondo-se às institucionalidades vigentes.

Temas de Interesse do Programa:

- a) Feminismos e Política;
- b) Gênero, Participação Política e Democracia;
- c) Gênero, Poder e Violência;
- d) Gênero, Feminismos e Interseccionalidade.

PROGRAMA: REFORMAS COMPARADAS

COORDENADOR: Prof. Dr. MURILO DE OLIVEIRA JUNQUEIRA

Bacharel e Licenciado em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (USP). Mestre e Doutor em Ciência Política, também pela USP. Suas áreas de interesse são instituições políticas, economia política, gestão pública, federalismo, políticas públicas, e metodologia de pesquisa em ciência política.

Objetivos: O presente projeto visa desenvolver pesquisas sobre o processo de tramitação de importantes reformas de políticas (*policy reforms*) ao nível nacional. Entre as essas reformas, podemos citar como exemplo reformas de instituições econômicas (como a reforma trabalhista e a reforma tributária), reformas do Estado de bem-estar social (reforma da previdência) ou reformas das garantias de lei e ordem (reforma do judiciário, projeto anticrime). Os problemas de pesquisa explorados envolvem perguntas como quais os atores envolvidos na tramitação das reformas, sejam eles atores sociais (a sociedade civil) ou estatais (políticos e burocratas)? Quais as ideias e interesses mais importantes na elaboração e tramitação das propostas? Quais fatores auxiliam a prever as chances de sucesso da reforma? Quais as estratégias e formas de organização políticas dos atores envolvidos?

Ementa: Estudos legislativos, relações Executivo-Legislativo, lobby, relações governo-sociedade, economia política e processo decisório de políticas públicas

Temas de Interesse do Programa:

- a) Atores e interesses na tramitação de reforma.
- b) Impacto das instituições política no processo decisório.
- c) Lobby e relações governo-sociedade.
- d) Comportamento parlamentar.

PROGRAMA: CIÊNCIAS SOCIAIS COMPUTACIONAIS**COORDENADOR: Prof. Dr. MURILO DE OLIVEIRA JUNQUEIRA**

Objetivos: O presente programa visa desenvolver as interfaces entre as ciências sociais (principalmente a ciência política) e a ciência da computação. O programa envolve o estudo de informações geradas computacionalmente (através de *gadgets*, redes sociais, telefones celulares, etc), *data science*, *big data*, inteligência artificial, simulação baseada em agentes, estatística e econometria aplicada às ciências. O programa visa tanto estudar temas que são melhor abordados através das ciências sociais computacionais quanto desenvolver novas metodologias para estudar temas clássicos das ciências sociais.

Ementa: ciências sociais computacionais, redes sociais, simulação baseada em agentes, *data science*, *big data*, inteligência artificial, estatística e econometria aplicada às ciências sociais.

Temas de Interesse do Programa:

- a) Redes sociais.
- b) Análise de linguagem natural.
- c) Métodos quantitativos aplicados às ciências sociais.
- d) Inteligência artificial aplicada às ciências sociais
- e) Programação aplicada às ciências sociais.

PROGRAMA: MOVIMENTOS SOCIAIS E GÊNERO NO CONTEXTO PARAENSE: ATIVISMO POLÍTICO E INTERAÇÕES SOCIOESTATAIS**COORDENADORA: Prof^{ra}. Dr^a. RAYZA SARMENTO**

Doutora e mestra em Ciência Política pela UFMG. Coordenadora do GCODES - Grupo de Pesquisa em Gênero, Comunicação, Democracia e Sociedade. Pesquisadora associada ao Margem/UFMG - Grupo de Pesquisa em Democracia e Justiça. Integrante do Instituto Nacional de Tecnologia em Democracia Digital (INCT.DD).

Objetivos: Mapear o ativismo político feminista no contexto paraense em diferentes âmbitos (protestos, arenas comunicacionais, espaços institucionais etc) e compreender suas interações socioestatais.

Ementa: A relação entre movimentos sociais, política e gênero (inclusive contra-movimentos e antifeminismos) na sociedade civil e no Estado; os atravessamentos entre comunicação, política e feminismos (cobertura midiática tradicional, imprensa alternativa e uso de mídias sociais online); a contribuição da teoria política feminista à Ciência Política; gênero e Estado; gênero, manifestações e protestos.

Temas de Interesse Do Programa:

1. Movimentos sociais, política e Estado (organização; mobilização; demandas públicas e configurações de atuação online)
2. Movimento feminista, gênero e interações socioestatais (manifestações, articulações eleitorais, ativismo político e ativismo institucional);
3. Comunicação, internet e política;
4. Teoria política feminista em perspectiva interseccional;
5. Teoria democrática contemporânea e minorias políticas

PROGRAMA: PARTIDOS POLÍTICOS - ORGANIZAÇÃO PARTIDÁRIA, ELEIÇÕES E SISTEMA PARTIDÁRIO, NACIONAL E SUBNACIONAL

COORDENADOR: Prof. Dr. RODRIGO DOLANDELI DOS SANTOS

Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2005) – bacharelado e licenciatura; Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal Fluminense (2009); Doutor em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas (2018).

Objetivos: Analisar a força de elites partidárias sobre as suas organizações e a concentração dos recursos partidários. Observar os efeitos deste quadro sobre o sistema partidário brasileiro, nacional e subnacional.

Ementa: O quadro institucional das organizações partidárias, suas estratégias e funcionamento interno; Padrões do financiamento político; Impacto de recursos partidários sobre o desempenho eleitoral, sobretudo de atores sociais minoritários nos processos decisórios: mulheres, negros e indígenas.

Temas de Interesse do Programa:

- a) Nacionalização e Presidencialização das Campanhas;
- b) Reforma Política;
- c) Sistemas Eleitorais;
- d) Recrutamento Partidário;
- e) Seleção de Candidatos;
- f) Dinheiro e Política;
- g) Grupos de Interesse.